



Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature: Sara Sá Isidoro

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Centro Social da Juventude de Belinho

ANO: 2023



ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	6
3.1 - Principais políticas contabilísticas	6
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas	9
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas	9
4 - Ativos fixos tangíveis	9
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	9
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	9
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	10
5 - Ativos intangíveis	10
5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis	10
5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	11
6 - Custos de empréstimos obtidos	11
6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:	11
6.2 - Outras divulgações	11
6.3 - Composição Financiamentos Obtidos	11
7 - Inventários	12
7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	12
7.2 - Quantia escriturada de inventários	12
8 - Rendimentos e gastos	12
8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	12
8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	13
8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	13
9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
9.3 - Outras divulgações	14
10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	14
10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	14



Isabel
Isabel

10.2 - Principais doadores / fontes de fundos	14
10.3 - Outras divulgações	15
11 - Instrumentos financeiros	15
11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	15
11.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes	16
11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	16
11.4 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	16
11.5 - Outras divulgações	17
12 - Benefícios dos empregados	17
12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	17
12.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	18
12.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	18
13 - Acontecimentos após a data do balanço	19
13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço	19
14 - Divulgações exigidas por diplomas legais	19
14.1 - Informação por atividade económica	19
14.2 - Informação por mercado geográfico	19
14.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	20
15 - Outras divulgações	20
15.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	20
16 - Impostos e contribuições	20
16.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	20
16.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	20
17 - Fluxos de caixa	21
17.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	21

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social da Juventude de Belinho

Número de identificação de pessoa coletiva: 501617949

Lugar da sede social: Rua do Calvário, 100 4740-164 Esposende

Endereço eletrónico: direcao.csjb@gmail.com

Página da internet: <http://www.csjbelinho.pt/pt/>

Natureza da atividade: Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.,

O Centro Social da Juventude de Belinho é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos aprovados como IPSS.

Tendo como objetivos a valorização social e humana dos associados e da população através de ações e obras sociais. Para a realização dos seus objetivos, a instituição, possui as seguintes respostas sociais:

- Creche;
- CATL;
- AAAF (Apoio à família);
- Apoio à Terceira Idade

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade



Isabel
Isabel
Isabel
Isabel

não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados".

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Derrogações das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2022.

φ -

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases gerais de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção.

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de



Isabel Araújo
Isabel

capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC no que se refere à atividade desenvolvida de caráter comercial, industrial, ou agrícola.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica



"Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras



Isabel Sousa
Rosa
Isabel
Isabel

variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Não foram efetuadas alterações às estimativas contabilísticas. As estimativas efetuadas são consistentes com as realizadas nos períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção.



Isabel Sousa
Isabel

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo de Custo	Método de linha reta	40	2,5%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,5%
Equipamento de transporte	Modelo de Custo	Método de linha reta	4	25%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de linha reta	5	20%
Equipamentos biológicos	Modelo de Custo	Método de linha reta		
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,5%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	40.000,00	400.892,65	84.520,81	78.062,36	38.120,10	3.798,17	645.394,09
Depreciações acumuladas	0,00	61.055,75	82.281,04	62.958,42	38.033,66	2.652,34	246.981,21
Saldo no início do período	40.000,00	339.836,90	2.239,77	15.103,94	86,44	1.145,83	398.412,88
Variações do período	0,00	-8.923,32	364,29	-4.854,78	-36,99	-96,12	-13.546,92
Total de aumentos	0,00	0,00	829,46	0,00	0,00	0,00	829,46
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	829,46	0,00	0,00	0,00	829,46
Total diminuições	0,00	8.923,32	465,17	4.854,78	36,99	96,12	14.376,38
Depreciações do período	0,00	8.923,32	465,17	4.854,78	36,99	96,12	14.376,38
Saldo no fim do período	40.000,00	330.913,58	2.604,06	10.249,16	49,45	1.049,71	384.865,96
Valor bruto no fim do período	40.000,00	400.892,65	85.350,27	78.062,36	38.120,10	3.798,17	646.223,55
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	69.979,07	82.746,21	67.813,20	38.070,65	2.748,46	261.357,59

5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis



Handwritten signatures and initials:
Sara Sá
Pereira
Inês
P

5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Um ativo intangível com um a vida útil indefinida deve ser amortizado por um período máximo de 10 anos.

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Não havendo assim qualquer capitalização deste tipo de encargos.

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo
Empréstimos genéricos	388.000,00	7.293,84	307.924,83
Instituições de crédito e sociedades financeiras	388.000,00	7.293,84	307.924,83
Total dos Empréstimos	388.000,00	7.293,84	307.924,83

O montante de 307.924,83 apresentado na rubrica Passivo Não Corrente - Empréstimos, é relativo ao empréstimo contraído sobre o Banco Caixa de Crédito Agrícola no montante de 388 000,00€, em 12/05/2017 vencendo-se em 12/05/2047.

6.2 - Outras divulgações

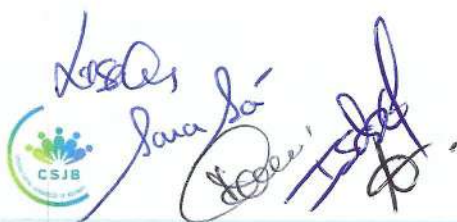
Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e gastos similares suportados	10.177,28	3.331,37
Juros de financiamentos suportados	10.177,28	3.331,37
Outros juros de financiamentos suportados	10.177,28	3.331,37

6.3 - Composição Financiamentos Obtidos

A 31 de dezembro de 2023 a rubrica de empréstimos obtidos apresentava a seguinte composição



Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários:

Entidade	Data do contrato	Prazo do contrato	Capital Contratado	Capital Utilizado
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende	12-05-2017	30 anos	388.000,00	388.000,00
Total			388.000,00	388.000,00

Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários:

Entidade	Amort. Ano	Juros Ano	Total Pag. Ano
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende	9.107,81	10.177,28	19.285,09
Total	9.107,81	10.177,28	19.285,09

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

7.2 - Quantia escriturada de inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
Inventários iniciais	0,00	804,09	804,09	558,34	558,34
Compras	11,85	53.274,90	53.286,75	49.018,33	49.018,33
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	804,09	804,09
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11,85	54.078,99	54.090,84	48.772,58	48.772,58

Nenhum item do inventário está sujeito a penhor esperando que sejam todos consumidos durante o período de 12 meses.

8 - Rendimentos e gastos

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para dete

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Handwritten signature

Handwritten signature

terminar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

- Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços;

8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

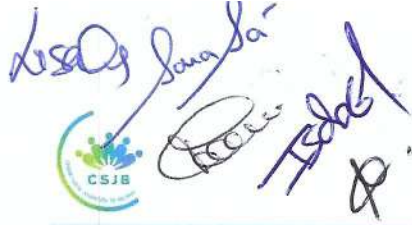
Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	0,00	8,00
Prestação de serviços	87.709,82	107.946,22
Total	87.709,82	107.954,22

8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	36.054,23	24.313,28
Trabalhos especializados	8.241,58	6.512,12
Publicidade e propaganda	246,00	0,00
Vigilância e segurança	226,05	231,51
Honorários	18.980,22	15.049,02
Conservação e reparação	8.360,38	2.520,63
Materiais	5.794,08	6.738,05
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.753,11	2.461,42
Material de escritório	1.255,35	884,66
Artigos para oferta	0,00	149,65
Outros	2.785,62	3.242,32
Energia e fluidos	28.684,12	24.133,24
Eletricidade	14.457,58	13.285,53
Combustíveis	11.788,65	8.431,28
Água	1.959,12	1.800,56
Outros	478,77	615,87
Deslocações, estadas e transportes	1,25	2,44
Deslocações e estadas	1,25	2,44
Serviços diversos	12.001,20	11.857,04
Comunicação	2.028,10	1.896,86
Seguros	2.760,34	2.489,59
Contencioso e notariado	37,22	117,81
Limpeza, higiene e conforto	6.570,05	6.707,20
Outros serviços	605,49	645,58
Total	82.534,88	67.044,05



A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o valor de 82.534,88, que significa um aumento de 15 491€, cerca de 16,35% face ao ano anterior. Este incremento deve-se principalmente ao aumento dos Serviços Especializados.

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.3 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:

- i) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- ii) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Atribuído Período
Subsídios ao investimento	0,00	3.745,55
Para ativos fixos tangíveis	0,00	3.745,55
Equipamento de transporte	0,00	3.745,55
Subsídios à exploração	253.094,77	0,00
Total	253.094,77	0,00

10.2 - Principais doadores / fontes de fundos

2023



Doações e Heranças

- Donativos de mecenas particulares e empresas - 1 538,47€
- Consignação de IRS - 341,00€

2022

Doações e Heranças

- Donativos de mecenas particulares e empresas - 1 858,58€
- Consignação de IRS - 453,52€

10.3 - Outras divulgações

11 - Instrumentos financeiros

11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumento financeiro que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar " para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumento financeiro que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar " para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor

não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro. Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro. De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes

Os Instrumentos financeiros detidos pela entidade respeitam aos Fundos de Compensação de Trabalho.

2023

- Fundos de Compensação = 2 620,02€

2022

- Fundos de Compensação = 2 547,95€

11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, c onforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Créditos	Saldo Final
Capital	1.112,78	0,00	1.112,78
Resultados transitados	122.838,13	-30.336,33	92.501,80
Outras variações nos capitais próprios	11.251,41	-3.745,55	7.505,86
Subsídios	11.251,41	-3.745,55	7.505,86
Total	135.202,32	-34.081,88	101.120,44

As variações ocorridas no período são relativas à transferência do Resultado Líquido do Período de 2022, que foi negativo em 30 336,33€, para a rubrica Resultados Transitados, ao reconhecimento em Rendimentos do período do montante de 3 690,03 euros relativo à imputação de subsídios já existentes, na proporção das depreciações do período dos respetivos bens.

11.4 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e g astos associados, conforme quadro seguinte:



Handwritten signatures and initials:
Vitor Manuel
José
P.

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros:	23.522,33
Clientes e utentes	7.947,42
Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros	2.676,00
Outras contas a receber	12.898,91
Passivos financeiros:	93.409,29
Fornecedores	13.855,34
Financiamentos obtidos	315.218,67
Outras contas a pagar	79.553,95
Rendimentos e gastos de juros:	-10.177,28
De passivos financeiros	-10.177,28

11.5 - Outras divulgações

Acréscimos e diferimentos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Gastos a Reconhecer	0,00	0,00
Seguros	1.824,08	1.325,03
Total de Gastos a Reconhecer	1.824,08	1.325,03
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
Projetos IEFP	7.123,72	12.019,63
Adiantamento Protocolo Segurança Social	1.371,56	0,00
Total de Rendimentos a Reconhecer	8.495,28	12.019,63

12 - Benefícios dos empregados

12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2023 foi de 19 e em 31 de dezembro de 2022 foi de 20.

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	19,00	39.809,00
Pessoas remuneradas	19,00	39.809,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	19,00	39.809,00
Pessoas a tempo completo	19,00	39.809,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	19,00	39.809,00
Masculino	1,00	2.095,00
Feminino	18,00	37.714,00

O número de membros dos órgãos diretivos do Centro Social da Juventude de Belinho é de 5 membros tendo havido alteração dos órgãos sociais ocorridas no período de relato financeiro, em 14/10/2023.

Os órgãos sociais do Centro Social da Juventude de Belinho não são remunerados.

12.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os órgãos sociais do Centro Social da Juventude de Belinho são constituídos da seguinte forma:

Direção:

- Presidente: Lisa Torres Enes
- Vice Presidente: Manuel Filipe Marques Moreira
- Tesoureiro: Isabel Maria Gomes de Araújo Silva
- Secretária: Sara Patrícia Alves de Sá
- Vogal: Andreia Alexandra Gomes da Costa

Conselho Fiscal:

- Presidente: Letícia da Rocha Moreira
- Vogal: Mayline Bedulho Viana
- Vogal: Bruna Roças Marques Cepa

Assembleia Geral:

- Presidente: Sandrina Daniela Oliveira Martins de Abreu
- 1º Secretário: André da Rocha Moreira
- 2º Secretário: Cláudia Filipa Almeida Capitão

12.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os órgãos sociais não são remunerados

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	342.538,21	283.268,34
Remunerações do pessoal	252.895,53	231.165,59
Indemnizações	29.410,00	106,62
Encargos sobre as remunerações	54.782,37	47.565,45
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4.285,11	2.311,76
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1.165,20	2.118,92

A Entidade não assume quaisquer responsabilidades por benefícios de subsídios de desemprego ou de reforma.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação nacional e mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Social da Juventude de Belinho.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88990	
Prestações de serviços	87.709,82	87.709,82
Compras	53.286,75	53.286,75
Fornecimentos e serviços externos	82.534,88	82.534,88
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	54.090,84	54.090,84
Mercadorias	11,85	11,85
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	54.078,99	54.078,99
Número médio de pessoas ao serviço	19,00	19,00
Gastos com o pessoal	342.538,21	342.538,21
Remunerações	252.895,53	252.895,53
Outros gastos	89.642,68	89.642,68
Valor líquido final	384.865,96	384.865,96
Total das aquisições	829,46	829,46

14.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Total
Prestações de serviços	87.709,82	87.709,82
Compras	53.286,75	53.286,75
Fornecimentos e serviços externos	82.534,88	82.534,88
Aquisições de ativos fixos tangíveis	829,46	829,46
Rendimentos suplementares:	2,53	2,53
Outros rendimentos suplementares	2,53	2,53

14.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados

15 - Outras divulgações

15.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A instituição possuía à data do balanço as seguintes garantias prestadas ao Banco Caixa de Crédito Agrícola, no âmbito do financiamento contraído

- Hipoteca sobre o imóvel: 315 982,13 euros

16 - Impostos e contribuições

16.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2023 e 2022 é a seguinte:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	-69.774,34	-30.336,33

16.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	2.121,00	0,00	1.410,20

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



ANEXO DO ANO DE 2023
(montantes em EURO)

Centro Social da Juventude de Belinho

Handwritten signatures and initials

Estado e Outros Entes Públicos:

Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.461,51	0,00	2.007,96	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	9.575,51	0,00	5.177,56
Outras tributações	0,00	0,00	0,00	120,43
Total	1.461,51	11.696,51	2.007,96	6.708,19

À data do balanço não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

17 - Fluxos de caixa

17.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.656,32	13.298,02	13.918,56	1.035,78
Depósitos à ordem	92.441,07	753.905,54	801.510,44	44.836,17
Total	94.097,39	767.203,56	815.429,00	45.871,95

Direção

Assinado por: **ANA PAULA COELHO DUARTE**
Num. de Identificação: 11033846
Data: 2024.05.03 15:56:40
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
Atributos certificados: **Membro da OCE nº 71156**



